



Supremo Tribunal Federal

PORTARIA Nº 131 , DE 26 DE MAIO DE 2017

A PRESIDENTE DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL, no uso de suas atribuições e com base no inciso III e parágrafo único do artigo 54 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000,

RESOLVE:

Art. 1º Tornar público o Relatório de Gestão Fiscal referente ao primeiro quadrimestre de 2017, constante do anexo a esta Portaria

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Carmen Lucia Antunes Pato
Ministra **CÁRMEN LÚCIA**

UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO
SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
MAIO/16 A ABRIL/17


RGF - ANEXO 1 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")

RS1,00

<u>DESPESA COM PESSOAL</u>	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 Meses)	
	LIQUIDADAS (a)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (b) ¹
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	398.997.842,47	1.480.466,43
Pessoal Ativo	261.857.826,96	981.264,52
Pessoal Inativo e Pensionistas	137.140.015,51	499.201,91
Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)	0,00	0,00
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)	110.440.344,68	316.678,72
Indenizações por Demissão e Incentivos a Demissão Voluntária	0,00	0,00
Decorrentes de Decisão Judicial de período anterior ao da apuração	0,00	0,00
Despesas de Exercícios Anteriores de período anterior ao da apuração	2.472.436,61	0,00
Inativos e pensionistas com Recursos Vinculados	107.967.908,07	316.678,72
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	288.557.497,79	1.163.787,71
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL		
	VALOR	% SOBRE A RCL
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	718.531.431.019,48	-
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (V) = (III a + III b)	289.721.285,50	0,040321%
LIMITE MÁXIMO (VI) (incisos I, II e III, art. 20 da LRF)	529.744.482,83	0,073726%
LIMITE PRUDENCIAL (VII) = (0,95 x VI) (parágrafo único do art. 22 da LRF)	503.257.258,69	0,070040%
LIMITE DE ALERTA (VIII) = (0,90 x VI) (inciso II do § 1º do art. 59 da LRF)	476.770.034,55	0,066353%

FONTE: Tesouro Gerencial e Portaria STF 82/2005. UG: 040001, 22/05/2017, às 15h 30m.

1. Nos demonstrativos elaborados no primeiro e no segundo quadrimestre de cada exercício, os valores de restos a pagar não processados inscritos em 31 de dezembro do exercício anterior continuarão a ser informados nesse campo. Esses valores não sofrem alteração pelo seu processamento, e somente no caso de cancelamento podem ser excluídos.


Armando Akio Santos Doi
Secretário de Administração e Finanças


Eduardo Silva Toledo
Diretor-Geral


Márcia de Carvalho
Secretária de Controle Interno